

Kandir retoma as negociações em Washington

O secretário-especial de política econômica Antônio Kandir iniciou ontem os entendimentos para um acordo entre o governo e o Fundo Monetário Internacional, em reuniões técnicas com os economistas da instituição. Hoje, Kandir terá as conversas políticas. Ele estará, primeiro, com o subsecretário do Tesouro norte-americano, David Mulford, e depois com o diretor-gerente do Fundo, Michel Camdessus, a quem deve comunicar oficialmente o interesse do governo em receber em Brasília uma missão negociadora da instituição.

O apoio do FMI ao programa econômico é o caminho obrigatório para o País regularizar sua situação com a comunidade financeira internacional. Há mais de um ano o Brasil não paga os juros da dívida de médio e longo prazo aos bancos credores (US\$ 56,8 bilhões, segundo os números oficiais), tendo já acumulado mais de US\$ 6 bilhões em atrasos. O País também não está em dia com os pagamentos da dívida a governos (US\$ 13,4 bilhões).

Em termos financeiros, o acordo com o Fundo deve traduzir-se num empréstimo anual equivalente a até 110% da quota brasileira na instituição, que é de 1,461 bilhão de Direitos Especiais de Saque (DES). Considerando-se a cotação atual de US\$ 1,34 por

cada DES, as negociações que agora se iniciam poderão resultar num empréstimo máximo de pouco mais de US\$ 2 bilhões por ano ao País.

Teoricamente, a duração do programa com o Fundo poderia chegar a três anos, com empréstimos equivalentes a um máximo de 440% da quota no período. No caso brasileiro, porém, a extensão inicial do programa será em parte condicionada pela dívida de pouco mais de 1,5 bilhão de DES que o País tem com o Fundo, relativa ao acordo negociado pela administração Sarney em 1988.

Embora as reformas econômicas já iniciadas pelo governo tenham criado um clima bastante favorável para a negociação, há em Washington o temor de que os entendimentos sejam dificultados pela moratória "de fato" que o país declarou sobre a dívida aos credores privados.

Funcionários do Fundo disseram que a existência de "negociações sérias com os bancos, encaminhadas para um acordo", é essencial para que a instituição apoie o programa brasileiro. A hipótese otimista, no momento, é que o acordo poderá ser aprovado na primeira semana de outubro, logo após a reunião anual do FMI em Washington.

Paulo Sotero, de Washington